

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE DO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR AR	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2	ALAGOAS,
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C	LEI N. 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE COMISSÃO
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1	ESTABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SERVIDOR
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025 -	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO	LEI N. 8.580, 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	INÁNDIAS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EMP
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES E	E IDEIAS
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	LEI N. 7.930, 4.10.2017	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,	QUE DO B
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, F
	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	PRECISAR
	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	NA DESSE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE	LEI	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓSCON
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI CO	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI CO	4, DE 26 D
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISP	A GESTOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 6.952, DE 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEMANSC
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.155, DE 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ERÍCIA OF
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	CUDVADN
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	CUDVADN
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.469, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SEPRODS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	EQUESTAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.409, DE 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ICIAIS MIL
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.381, DE 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	STADOCIALS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.475, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEICAND
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.884, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	INTE REDA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.392, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.209, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.599, DE 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.785, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	AÇÃOISTO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.173, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ADADEFOM
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.645, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEGRASZA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.741, DE 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SEPRODS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.506, DE 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	COFPOGR
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.952, DE 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	O ESTADO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.385, DE 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ROSERMO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.784, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ROSERMO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.321, DE 29.05.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	BECAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ÇA ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	PAROINDA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A	LEI N. 8.560, DE 2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 9.979, DE 2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVEL	LEI N. 14.405, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVEL	
	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	LEI N. 14.356, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	
	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	LEI N. 14.163, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	
	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA	LEI N. 14.331, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA	
	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCE	LEI N. 14.259, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCE	
	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE	LEI N. 14.326, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE	
	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 14.548, DE 2023	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 13.010, DE 2014	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	LEI N. 14.230, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	
	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	LEI N. 13.831, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	
	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA	LEI N. 14.291, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	LEI N. 14.333, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	LEI N. 14.364, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	LEI N. 14.849, DE 2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	LEI N. 15.306, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ	LEI N. 13.827, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	LEI N. 13.772, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI	LEI N. 14.310, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	LEI N. 15.384, DE 2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 14.857, DE 2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.380, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.125, DE 2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	LEI N. 14.322, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	LEI N. 14.536, DE 2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	

Seção de Informática

AS DE AB
EGURANÇ
PREVENI
ANTES, PA
ÁCRIAR
BÓRASÃO
ÁGARUF
PASO DO
MUARIER
REINMENT
SOPRESSÃO
TO DÁPRI
ACEDEN
DANDRON
ONFORMA
TEA DE IN
ÊNCIA DO
PROD) TO
RÔASOP
SOPQUE
DOISEMO
ÇÕES QUE
D'DE PER

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.737, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 15.126, DE 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.071, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 12.760, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.861, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA AMPLIAR O ATO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	LEI N. 8.350, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE 2000	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA	BRASIL
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255,			

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DIS	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOB	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	TAÇÃO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE DIS	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE OUTUBRO DE 2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE OUTUBRO DE 2026 QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	SSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁR	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DI	CHETIRN
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	CHETIRN
	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	CHETIRN
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000	COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES	DE CARO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 2006	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05	INTEGR
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995	BÁSICO E
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	ZEMBRO
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SE	PROSDIA
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE OUTUBRO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE 1998	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE OUTUBRO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE 1998	FONDERES
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE	A DEBORA
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE 1980	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE 1980	ABRIL DE
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	ESTRUTURA
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE	ESTADUAL
	ALTERA AS DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA AS DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	CLASSES D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	LEI N. 9.090, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	ANDRESSA
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	SOUZAPAGE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	RODVAOD
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.200, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	DECRETO N. 4.292, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	SADABIN
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	LEI N. 8.391, DE 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	REIOMRBO
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	LEI N. 13.370, DE 14.7.2004	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	ESPECIAE
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 6.502, DE 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	DECRETO N. 29.258 DE 12.6.2023	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	RAMONES
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	LEI N. 8.177, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	OSSEME
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	LEI N. 15.123, DE 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	FEAESTOAL
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	LEI N. 8.867, DE 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	LEI N. 8.552, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.272, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTIVA
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTIVA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.071 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	ONESTAS
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.070 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	SONCHESA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 69.581 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	IRO DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DECRETO N. 23.086 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	SEFATOPR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 95.540, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 83.069, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	DECRETO N.º 71.978, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	ALTERA O DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DECRETO N.º 74.007, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	DECRETO N.º 94.872, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.245, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.397, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.353, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 14.752, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	DECRETO N.º 10.841, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	
	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N.º 11.881, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DECRETO N.º 11.880, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DECRETO N.º 11.880, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N.º 11.040, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DECRETO N.º 11.130, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N.º 11.080, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DECRETO N.º 11.481, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N.º 11.107, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	DECRETO Nº 11.479, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DECRETO N.º 9.981, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	DECRETO N.º 9.981, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	
	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019.	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE	
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL	LEI N. 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO	
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, 8.11.2023.	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ACRESCENTANDO	
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	LEI N. 14.721, 8.11.2023.	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA)	
	ALTERA OS DECRETOS-LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940	LEI N. 14.245, DE	ALTERA OS DECRETOS-LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688 DE 09.12.1940 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)	
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, 8.11.2023.	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ALAGOAS	
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE INSCRIÇÃO	DECRETO Nº 15.160, 3.7.2025.	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.000 DE 1990	
	ALTERA A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE INSCRIÇÃO	LEI N. 15.160, 3.7.2025.	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO Nº 15.171, 17.7.2025.	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE	
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CÍRURGIA DE REDUÇÃO DE MAMA	LEI N. 15.171, 17.7.2025.	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JUNHO DE 1998	
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	FORMULÁRIO Nº 12.249, 11.6.2010.	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI N. 12.249, 11.6.2010.	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	LEI N. 13.964, DE	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	LEI N. 5.553, 6.12.1968.	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	DECRETO Nº 12.540 DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 15.8.2003.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 15.8.2003.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 15.8.2003.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.399, 15.8.2003.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.230, 19.4.2001.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024.	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	DECRETO Nº 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGIMENTAL DE CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024.	PORTARIA Nº 167/2024 - COLEG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	DECRETO Nº 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DECRETO Nº 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO	PORTARIA Nº 167/2024.	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200)	
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	LEI N. 10.022 DE	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALTERA A LEI Nº 9.605 DE 12.02.1998 PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS	
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI N. 10.027 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.648, 4.8.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI N. 14.323, 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI N. 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	LEI N. 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITI	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITI	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	LEI N. 9.455 DE	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI N. 9.450 DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	LEI N. 14.643, 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C	SISTEMA D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	ESSECRE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO P
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	VISIONAL
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 QUE PRO	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG	CONSUMO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	ÇÃO EXCI
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	NTES PÚBL
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MPM	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	CAZOS C
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO E	OAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONE	STANCIAM
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI N. 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE F	ARIA DO E
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPE	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AG	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORALIDADE	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	O DE CON
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DO	NP Nº 313901	TRANSCRITAÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	DADE DO
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVID	024.
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PORTARIA Nº	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	ABRIL/20
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO	DA SECRE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	RIA DE ES

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO	TO DA SE
	CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	LEI N. 9.722, DE	CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS	DÊNCIAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	DÁ OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	IAL OSM
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRIOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÍLI	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JIUNIN	DAL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRB	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LEI N. 8.556, DE 1995	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	DECRETO N. 9.579 DE 1996	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	BRASIL
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	7, DE 2020
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PORTARIA SE 105.357 DE 2003	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA ALCA	DECRETO N. 83.887 DE 2005	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA ALCA	MILITAR DE
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	DECRETO N. 83.887 DE 2005	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	AL DA ALA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES	DECRETO N. 7.845 DE 2013	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES	INFORMAÇÕES
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	RAS PROV
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	LEI N. 10.693, DE 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	O DA JUSTI
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	DECRETO N. 10.981 DE 2006	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	REPO USC
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.089 DE 2006	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	LEI N. 9.499, DE 14.2.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	E INCENTIV
	CRIA APP EM IMÓVEL DO BPMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396 DE 2004	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DO BPMON DA PMAL	ONTADO D
	criação da 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE 2013	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - A 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	AGRÁRIOS
	criação da delegacia especial dos crimes contra a administração pública	LEI N. 8.364, DE 2013	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS P
	criação do boletim de ocorrência (BO) da polícia militar	DECRETO N. 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	S E ADOTA
	criação do comitê de gerenciamento de impactos ambientais	DECRETO Nº 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	SE DO CO
	criação do departamento estadual de aviação - DE	LEI Nº 9.390, DE 2003	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	OMAS RES
	criação do serviço voluntário remanejado	DECRETO N. 35.142 DE 2004	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE CRIA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMANEJADO	MTA DO B
	criação e funcionamento do gabinete de crise da secretaria de estado de educação	DECRETO N. 69.463 DE 2004	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	ÊNCIA - G
	cria cargo isolado de provimento efetivo e dá outras providências	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	GISLATIVO
	cria cargos de procurador de justiça e adota providências correlatas	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS	
	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, adquirir ou guardar para a venda, distribuição ou consumo de substâncias	LEI N. 15.234, DE 7.10.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER, ADQUIRIR OU GUARDAR PARA A VENDA, DISTRIBUIÇÃO OU CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS	DETERMINA
	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para	LEI N. 9.500, DE 14.2.2025	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	EXATIDÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria no âmbito do estado de alagoas a	LEI COMPLEMEN	cria no âmbito do estado de alagoas a câmara de prevenção e re	FOURADE
	cria o cadastro de condenados por es	LEI N. 9.599, 18.7.2025	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	ESPIRAZI
	cria o cadastro nacional de craincas e	LEI N. 12.127, DE	cria o cadastro nacional de craincas e adolescentes desapareci	
	cria o cadastro nacional de pessoas por crime de estupro	LEI N. 14.069, 11.10.2020	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	
	cria o fundo estadual de combate ao c	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o fundo estadual de combate ao câncer	
	cria o índice de avaliação da qualidade	LEI N. 10.015, DE	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	AS EM AT
	cria o instituto de previdência e assist	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	E DA OUT
	cria o mistério do trabalho e previdên	LEI N. 14.261, DE	cria o mistério do trabalho e previdência	
	cria o programa de incentivo ao melho	LEI N. 8.582, 19.1.2022	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	ADO DE A
	cria o programa pró-leitos	LEI Nº 14.147, DE	cria o programa pró-leitos, com aplicação enoluantu perdurar a	ÚDE PÚBL
	cria o protocolo "não é não" para pre	LEI N. 14.786, DE	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	STRANOM
	cria o selo tolerância zero com asséd	LEI Nº 9.603, DE	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estar	MAÇAMEN
	crime de denunciação caluniosa	LEI N. 14.110, DE	altera o art. 339 do decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código penal)	EDAÇÃO A
	crime de perseguição	LEI N. 14.132, 31.3.2021	acrescenta o art. 147-A ao decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código	ER O CRIM
	crimes ambientais	LEI N. 9.605, 12.2.1998	dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de co	ES LESIVA
	crimes de violação de dispositivo infor	LEI N. 14.155, 27.5.2021	altera o decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 (código penal), para tornar	CRIMES DE
	cultura (dia do músico alagoano)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	dispõe sobre a criação do dia do músico alagoano e dá outras pr	
	dá nova redação aos § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º	EMENDA CONSTITUCI	dá nova redação aos § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	ÃO NOVAE
	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541	LEI N. 5.883, DE	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541, de 29 de dezembro de 1975	LEI Nº 3.5
	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo	LEI N. 9.743, DE	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	NO ENOME
	dá nova redação ao artigo 2º da lei dele	DECRETO N. 4.140 DE	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42, de 14 de maio de	FEIRAMÇ
	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ac	LEI N. 3.846, DE	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93 da l	TAPE SDE
	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei	LEI N. 4.170, 3.10.1980	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei nº 4.125 de 26.03.1980 e revo	CONTRÁF
	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei	LEI N. 4.171, 3.10.1980	dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei nº 4.126 de 26.03.1980 e revo	CONTRÁF
	dá nova redação aos arts. 2º e 3º da lei	LEI N. 8.527, DE	dá nova redação aos arts. 2º e 3º da lei nº 6.943 de 12 de junho de 20	RELIASDE
	dá nova redação aos arts. 2º e 5º da lei	DECRETO N. 11.226 DE	dá nova redação aos arts. 2º e 5º da lei delegada nº 42, de 14 de maio	FAS DEEN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL	LEI N. 4.922, 17.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL INCISO XII DA ALÍNEA "C&	NS-PC-01
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERACÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26.11.1966 PARA DA	CONTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE	LEI N. 14.759, DE	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBLE DA CONSCIÊNCIA	
	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACI	LEI N. 14.641, 1.8.2023	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	MS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZ	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAM	ODO O TE
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO	PORTARIA Nº	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER	INDAGAC
	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE	LEI N. 14.768, DE	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI	
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAC	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTACÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	ERMINA O
	DEFINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, 6.9.1949	DEFINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE	DECRETO N. 11.123 DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO- DISCIPL	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	DENOMINACÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTAD	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINACÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 6.623, DE	CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGO	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 9.623, 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PI	LEI N. 8.788, DE	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	EMERSON
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL	DECRETO N. 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	ELIPESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 98.836 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRG	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	ITE - CEDO
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ENTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ITO SOCIA
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES M	DECRETO N. 3.545 DE	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÇÃO DA E	OTA PROV
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	INDAGOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLIC	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COM	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT	PROQUEM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O PAGAMENTO	MOTOR
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TRABALHO	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NOVAÇÃO
	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	LEI N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	LEI N. 13.060, DE	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA CORR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT	SIONES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	SÃO PARA
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I	LEI Nº 8.407, DE	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕE	LEI N. 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕE	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO E IN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	TO INSTAD
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	SEASIA DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	BLICO E I

Seção de Informática

[illegible]

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DECRETO Nº 73.790-DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DECRETO Nº 10.148-DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	S DA ADM
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.519, DE 7-10-2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO	UNIDADE
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO Nº 106.823-DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALIENACÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.723, DE 28-3-2022	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA LEI Nº 9.723, DE 28-3-2022	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALIENACÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.171, DE 26-2-2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALIENACÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	TRÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.437, DE 30-6-1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RETARIA D
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	LEI N. 7.313, DE 21-6-2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERRA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.692, DE 30-6-1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERRA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEGISLAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO	DECRETO Nº 101.094-DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO	ANO – CSA
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 101.094-DE	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	OSIÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	LEI N. 14.075, DE 2-04-2020,	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	OSIÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEREMOS	LEI N. 7.966, DE 9-1-2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEREMOS	2.04.2020,
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEREMOS	LEI N. 6.682, DE 10-1-2006	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEREMOS	EMERSON
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	LEI N. 6.682, DE 10-1-2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	ER EXECU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	RESOLUÇÃO Nº 10.030-DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	STAQUEM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	LEI N. 8.773, DE 30-6-2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.773, DE 30-6-2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	LEI N. 8.699, DE 30-6-2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES	LEI N. 8.787, DE 7-11-2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES	DANTES D
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 9.715, DE 7-11-2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	CAEPED
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	LEI N. 8.694, DE 27-6-2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.694, DE 27-6-2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE	LEI N. 9.682, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE	LEI N. 9.512, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE	SP/ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA	LEI Nº 9.817, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRULHA	5. CRIAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	LEI N. 8.783, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	MAIS PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO	LEI N. 9.498, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO	TRAILHARES
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	LEI N. 8.789, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	EMPREGOS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	LEI N. 8.683, DE 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	DOE TAMBÉM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	LEI N. 9.508, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	DO QUE DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA	LEI N. 14.541, DE 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA	LEI N. 15.392, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	LEI N. 8.688, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	DESTATAL
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	LEI N. 8.553, DE 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DILUIÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	LEI N. 14.583, DE 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DILUIÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	DESEBUTAR
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INSTRUÇÃO N. 8.337, DE 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	LEI Nº 8.576, DE 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR	S PROVID
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO	COMPLEMENTAR Nº 1, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO	ORMEUDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.638, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 9.272, DE 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BASE DE SA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO	LEI N. 8.623, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	LEI N. 6.540, DE 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	DE ACÓSSUPE
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	LEI Nº 6.268, DE 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS	ÉRMÓSOPE
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI N. 8.529, DE 12.8.15	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	E/GORINPE
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	LEI N. 12.815, DE 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	DE/GOVINDP
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS	LEI Nº 14.152, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS	DE/GOVINDP
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	LEI N. 6.400, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	DE/GOVINDP
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.817, DE 14.2025	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DE/GOVINDP

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	DO BOUTE
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	LEI Nº 14.172, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	PROFESSOR
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	LEI N. 9.470, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	SECRETARI
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	S DE MISE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	DECRETO N. 10.674 DE 10.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	AMA NACIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	LEI N. 8.561, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOAS RÍST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE	ESTABECIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A ELE	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A ELE	TEÚ DE AG
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPO	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPO	ÊDIOS RIST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	LEI N. 8.530, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	DA DE CA
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	VAPOZAS
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA COBACÕES D	LEI Nº 9.619, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA COBACÕES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	IMENTAR
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECLIPERACÃO FISCAL – E	LEI Nº 9.438, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECLIPERACÃO FISCAL – E	BAÇÃO D
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	LEI N. 6.873, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVIR
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	LEI N. 8.542, 15.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	ONDA MBE
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE INSTITUILO SALÁRIO-PATERNIDADE	LEI N. 15.371, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE INSTITUILO SALÁRIO-PATERNIDADE	VIDEACIA
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPOR	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPOR	ETERARUE
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	RESOLUÇÃO LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	ANGLANDI
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI	TABOZOE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	DA MENTO
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D		DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	ENVSIESO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ALEXACÃO DE CARTA7 EM ESTABEI	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ALEXACÃO DE CARTA7 EM ESTABEI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES I	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES I	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INC	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INC	
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUILO SISTEMA N	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUILO SISTEMA N	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AR	DECRETO N. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS EINS E APLICACÃO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS EINS E APLICACÃO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS EINS E MEC	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS EINS E MEC	
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	LEI Nº 8.413,	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO	LEI N. 9.509, 14.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPAN
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	NIISTRAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO T	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS F	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA D	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	INTROAISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	BOSSOIE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	MENTEIDE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTACÔ	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, H	WIBUSINES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAC	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	DIENESODE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	DEQUERO
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	O DIGITAL
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES E	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARB	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLI
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSOCIET
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	ACOMETA,
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	ARO À PES
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	TIÇO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	UNATOUREA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	TADO DE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	ESTADO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	ESTRADA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	AMBIENT
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	OS PALMA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	ANIZAÇÃ
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	ENÚDEIN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	CEDEDE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	PE.
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ACOMDE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	LEI N. 102331, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	INSPEORDE
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	DE MOTORE
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	AS PROVID
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	RÔNIAOM
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE	8.231, DE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENC	RVIDORES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES	AS DO
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	STADORE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI Nº 8.419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	INDICÓE
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	ONDAÇÃ
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	DE PESSOA
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	ESCONZA
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 14.791, DE 11.484 DE 2023	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2024 E DÁ
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	DECRETO N. 11.484 DE 2023	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	ESPECIFIC
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	LEI N. 8.868, DE 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	A FORMA Q
	DISPÕE SOBRE AS INERÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DECRETO N. 6.514 DE 2023	DISPÕE SOBRE AS INERÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	OPERACION
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	DECRETO N. 69.530 DE 2023	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNCIA
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	LEI N. 6.605, DE 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	AS PROVIDE
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	DECRETO N. 33.870 DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	ESANCIONA
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	LEI N. 9.060, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	COMOZAC
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, DE 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	LEI N. 5.821, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	ROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, DE 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	DIVULGA
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	PORTARIA N. 33.861 DE 2023	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	JANTO DU
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 33.861 DE 2023	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VO ESTAD
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	LEI N. 8.087, DE 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	AS.
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA N. 33.861 DE 2023	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDESE
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	RESOLUÇÃO N. 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	BAISESA
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNI	LEI N. 9.511, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNI	ESOMINO
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	LEI N. 9.028, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	DAÇÃO P
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	LEI N. 8.522, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	SOCIAIS E
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 15.117, DE 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRG	LEI N. 8.503, DE 27.9.2021	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRG	SÉCURAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	LEI N. 13.243, DE 11.1.2016	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	COMDE A
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	LEI N. 5.237, DE 17.7.1991	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	ENTRADA
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE	LEI N. 8.539, DE 2023	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	DE 2023	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	INFRAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES	DECRETO N. 26.320, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	E 18.11.2020
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE	LEI N. 8.754, DE 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL	LEI N. 14.254, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA	LEI Nº 14.151, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA	LEI N. 8.315, DE 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS	LEI N. 8.291, DE 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL	LEI N. 8.738, DE 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS	LEI Nº 9.433, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL	LEI N. 9.874, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES	LEI N. 9.521, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL	DECRETO N. 11.722, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEUS	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEUS
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	DECRETO N. 11.833, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº 11.482, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DECRETO N. 11.480, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N. 11.483, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	DECRETO N. 11.483, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GÊNE	LEI N. 8.352, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GÊNE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GÊNE
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	PORTARIA Nº 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.786, DE 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, DE 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, DE 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECIDOS	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECIDOS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR	LEI N. 10.671, DE 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE 18.11.2020	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA- ALTERA A CONDIÇÃO DE TRABALHO DO TRABALHADOR	S DO TRABALHO
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIBULANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	RATIVAS PÚBLICAS
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERAR	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS	ADO DE ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE O PRODUTOS	O PRODUTOS
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615, DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VOICETAL
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE	ESTADUAL
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHO	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO	OS, APENAS
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VI	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX - NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	UTRAS PÚBLICAS
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO	Á OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁR	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELATIVO	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS - TAXA E MULTAS DE VARI	ORES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATEND	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	E ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUTROS	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	ÇÃO DO
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	CIÊNCIA
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇ	DECRETO N. 109.405, DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOVIDORES	ÓRGÃOS E
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDA	ADOÇÃO
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZA	LEI N. 9.613, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - PARA AVALIAÇÃO	SECTORIA
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE P	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	RATIFICADA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.567, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.368, DE 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.151, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.627, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.643, DE 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	LEI N. 8.112, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	DECRETO N. 10.826, DE 10.986 DE 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	FUNDAÇÃO DE MANUTENÇÃO
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	LEI Nº 8.406, DE 10.826, DE 10.986 DE 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO	DECRETO N. 10.986 DE 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 74.020 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO Nº 23.669, DE 2024.	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO Nº 23.669, DE 2024.	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO Nº 23.669, DE 2024.	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CANDIDATOS	LEI N. 5.626, DE 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CANDIDATOS	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO N. 12.154 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E FEMININO	DECRETO N. 12.154 DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E FEMININO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 76.819 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 86.020 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 95.021 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 100.540 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 106.093 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	DECRETO N. 9.359 DE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTADO	LEI N. 8.671, DE 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTADO	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO Nº 23.669, DE 2024.	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821 DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 20.070/95 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇ	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAC	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES CO	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI	
	DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) E	
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO)	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESCOLA LIVRE"	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PRECATORIO	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALISTAS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	DE TRÂNS
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MEIROS M
	ENSINO PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRESCENTANDO O INCISO II	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCONVIA	LEI N. 8.538, 18.7.2025	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCONVIA	O DE FICAR
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	LEI N. 8.885, 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	FAÇÃO DE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	DE (SUS) D
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENSAGENS	LEI N. 12.006, 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FISCALIA	DECRETO N. 95.022, DE 19.7.2009	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FISCALIA	INSUAMOM
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEL	DECRETO N. 88.653, DE 19.7.2009	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEL	RESUNCEA
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDACÇÃO	DECRETO N. 9.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDACÇÃO	DE FICAR
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL	DECRETO N. 23.532, DE 23.5.2006	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL	DE FICAR
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	LEI N. 8.536, 18.7.2025	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	DE FICAR
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	LEI N. 8.536, 18.7.2025	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	DE FICAR
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	LEI N. 8.536, 18.7.2025	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	DE FICAR
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	DE FICAR
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	DE FICAR
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PR	RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PR	DE FICAR
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	PORTARIA N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	DE FICAR
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	PORTARIA N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	DE FICAR
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	DE FICAR
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	DE FICAR
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	DECRETO N. 1.191, DE 19.7.2009	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	DE FICAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	PORTARIA Nº 1.858, DE 19.12.2019	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	LEI N. 7.858, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	DECRETO N. 37.119, DE 19.12.2019	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO N. 95.480, DE 19.12.2019	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022	DECRETO N. 37.119, DE 19.12.2019	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, DE 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER	LEI N. 9.740, DE 19.12.2019	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER	
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	DECRETO N. 54.976, DE 19.12.2019	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	LEI N. 7.820, DE 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	LEI N. 9.518, DE 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	LEI Nº 9.095, DE 19.12.2019	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	DECRETO Nº 1.846, DE 19.12.2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	LEI N. 8.266, DE 9.6.2020	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	LEI N. 8.103, DE 16.4.2019	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 7.906, DE 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 12.965, DE 23.4.2014	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	LEI N. 9.441, DE 19.12.2019	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	LEI N. 8.329, DE 19.12.2019	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOIHMENTO	LEI N. 8.657, DE 25.4.2022	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOIHMENTO	
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	LEI N. 9.473, DE 20.1.2025	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	LEI N. 11.910, DE 18.3.2008	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE	LEI N. 9.622, DE 21.7.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE	
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA	DECRETO N. 41.375, DE 19.12.2019	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA	
	ESTABELECE O ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	DECRETO N. 24.129, DE 19.12.2019	ESTABELECE O ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	DECRETO N. 20.785, DE 17.3.1964	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBLICA
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO	LEI N. 4.320, DE 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	MEIOS E
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, DE 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1	S POLICIAIS
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, DE 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA L
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE	
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, DE 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, DE 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUT	S. (Em dec
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, DE 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, DE 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	DE 1992 (
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 19	LEI Nº 6.51
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, DE 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D	92, E DÁ O
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, DE 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, DE 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, DE 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696, DE 2	1976, DA L
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, DE 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, DE 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITU
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, DE 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	CONDUZA
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967, DE 18.5.1992	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX	PRISÃO D
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, DE 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE FIXA O EFETIVO DA	O ESTADO
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, DE 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROV
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, DE 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	PARA OS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIA	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OEICIAL D	DAS – PO/A
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	DE JUSTI
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSION	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GOAS - FO
	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR	OS, DÁ NO
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPOL – E DÁ	CIAS. (Rev
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	DE 2008, C
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 3.566 DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	ICA – GGI
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA COVID-19 AOS GENITORES TUTOR	ÉCONOSIS
	GRATIEICACÃO DE REPRESENTACÃO (AMT E	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	GRATIEICACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIEICACÕES D	RUÇÃO. (F
	IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI	LEI N. 14.769, DE	IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E C	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E COMRATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O
	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	TURA ALA
	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRILHEIR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	ÁUDE DA F
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA PO	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAD	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE ENS
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE"	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊN
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESC	ADUAL DE
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA	DECRETO N. 11.822 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	PENAI.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS	LEI N. 14.735, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS. DISPÕE SOBRE SU	DE FUNCIO
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS	LEI N. 14.751, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	RITÓRISS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	PROVISO
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	DISPÕE S
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	INÍCIA MILIT
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	À OUTRAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE, NO	D DE ALAG

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	PÚBLICA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	NA REDE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EXAMES	DIAGNÓSTICOS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	MEIO AMBIENTE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTADO DE ALAGOAS	PREVENÇÃO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO DO CÂNCER	DO CÂNCER
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	DEFICIÊNCIA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS	ESCENTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	ESTADO DE ALAGOAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SOBRE	IMIGRANTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍPIR" DE COMBATE	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍPIR" DE COMBATE A INTIMIDADE RACIAL E A	INTIMIDADE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE SOBRE	ABASTECIMENTO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	ASSISTÊNCIA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES	COMUNIDADES
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CRIANÇAS	DESAFIO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.722, 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOAÇÃO DE	DOAÇÃO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM	INFORMAÇÕES
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	EDUCACAO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	DECRETO N. 9.607, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS	EXPORTACAO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	HUMANIZACAO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	PREVENCAO
		LEI N. 12.764, DE		
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	LEI N. 14.572, 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO	SAUDE BUCAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO	TRABALHO
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO	DECRETO N. 11.079, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	RECUPERACAO
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS	ESTADO DE ALAGOAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: R	LEI N. 12.587, DE 13.1.2023	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: R	STADOS, DE
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV	LEI N. 9.711, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV	GEM (TDL)
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 9.714, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	LEI N. 8.808, DE 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	CAIS DE ADO
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	LEI N. 8.696, DE 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	SURA LÁBI
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	LEI N. 14.543, DE 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	OUTUBRE
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	LEI N. 14.549, DE 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	LEI N. 8.358, DE 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	RAS PROV
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI	RESOLUÇÃO N. 11.514, DE 13.3.2013	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI	D.
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	LEI N. 7.451, DE 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	DO ESTAD
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	DECRETO N. 11.514, DE 11.1.2024	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	ONINACRE
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	LEI N. 14.811, DE 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	PABÉLICO
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P	LEI N. 9.696, DE 27.6.2022	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P	S NO ESTA
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.527, DE 13.3.2023	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.529, DE 13.3.2023	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.502, DE 13.3.2023	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA	LEI N. 6.568, DE 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA	ISTEMA D
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	LEI N. 8.338, DE 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	EFENSIVA
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	LEI N. 8.592, DE 22.2.2022	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	MBATER C
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	LEI N. 8.653, DE 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	Á OUTRAS
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	LEI N. 9.615, DE 24.3.1998	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	S PROVIDE
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 8.666, DE 21.6.1993	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	PROVIDEN
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR	LEI N. 8.581, DE 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR	SOCIAÇOE
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19	LEI N. 14.237, DE 18.5.2022	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19	RASUI, EN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA	DECRETO N. 95.602, DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	DECRETO N. 8.750, DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOKA O DECRETO-LEI Nº 5.540, D	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR"	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTIC	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓP	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEG	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PRO	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRE	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VI	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TOR	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOP	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINICÍDIO	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 1.149, 10.04.1995	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE 1988 E 7.719 DE 1989	
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149, 10.04.1995	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO	DECRETO N. 10.689, DE 11.08.2016	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO - A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 11.485, DE 11.08.2016	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO	DECRETO N. 11.487, DE 11.08.2016	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LINGÜÍSTICA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	LEI Nº 14.149, 10.04.1995	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LINGÜÍSTICA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	DECRETO N. 11.487, DE 11.08.2016	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL)	LEI N. 15.358, 14.1.2009	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	LEI N. 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	
	INSTITUI O MÊS MARCO ROJO	LEI N. 9.7033, 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROJO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EPILEPSIA	
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	LEI Nº 14.149, 10.04.1995	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906, DE 10.08.2016	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	

Secção de Informática

ZANTES E
BADOPO
S.
ROVIDÊNC
SOCIAIS
OAS – PPI
DE COMÊN
ESÃO CON
ÁSICAS DE
SPONESTO
LEI Nº 13.4
O ESTADO
AGESTAN
ÇÃO VERE
DÁ OUTRA
AS PROVÍ
ASILEIRO
BRE ANDO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	PLESCENT
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	SOCSIPR
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439, DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
		LEI N. 11.530, DE		AS PROVÍ
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008, DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	AS.
	INSTITUI O PROGRAMA SELLVOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SELLVOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E DE	GARANTIR
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	DA REDE F
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ	EGURANÇ
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DO E	AS AUT
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇ	DE DASE
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125, DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	O, E DÁ O
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBIT	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	NCIAS - CO
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIELUSÃO COM	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIELUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM	DECRETO N. 58.688, DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA DE	MENTO DO
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136, DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBIT	EVOT E 57
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	MEDIDAS F
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTA	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	RTAS ABE
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO EF	ÇÃO DE C
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI	ENTOS DA
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO LEI N. 3.688	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	LEI DE ACESSO À INFORMACÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMACÃO - REGULA O ACESSO A INFORMACÕES PREV	II DO ART
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, DE 14.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	LEI N. 6.514, DE 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	TIVA DA P
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS	BTENENTE
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, DE 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.709, DE 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, DE 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	NTRA A MU
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE	NHO DE M
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N. 29.342, DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15	8.666, DE 2
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, DE 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	SITO BRAS
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948, DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E	S Maj. BM
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	MANUAL LGPD PGE/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM	ÇÃO PÚBL
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	10.375 - C
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO	S E DÁ OUT
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA FR70-MC-10.308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	RAS PROV
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, DE 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, DE 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605, DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579, DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL"	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938, DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360, DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR "	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054, DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBE	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS - MEIA-ENTE	CULTURAIS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	, E DÁ OUT
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	FICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1992	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS C	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - E A	07.2015 - M
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXT	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.407 DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	CONTRA A
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.537 DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E CO	CONTRA
	ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.299, 20.8.2020	ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	DA, DE EXE
	ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E	LEI N. 8.573, 4.1.2022	ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA	SIRLATOAS
	ORCAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR	LEI N. 7.054, 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORCAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	ORCAMENTO (DIRETRIZES PARA EL ORCAME	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	UAL DE 20
	ORCAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DE	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2016.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019. NOS	6, § 1º, DA
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	CAPÍTULO
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	AGOAS, A
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, DE	ALTERA A LEI Nº 6.880 DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES) A LEI Nº 3	LEI Nº 4.3
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO)	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	STÓRICO,
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767, DE	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT - APRO	O-LEI Nº 5
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PA	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560 DE 29.12.1992 PARA PERMIT	DE PAVE
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOV	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INO	ÃO DA PRO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO D	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	PORTARIA
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA	ATENDIME
	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2	PORTARIA Nº	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARÇO DE 2019 QUE DISPÕE SO	REGISTRO
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EM	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITU	UPERIOR
	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO	EDUCACIONAL
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO	DESENVOLVIMENTO
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO	DESENVOLVIMENTO
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EM	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIUDH - DESIGN	SADOSON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE	ALTERA A LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995 PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO P	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRA	LEI N. 13.495, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO	PERSONAL
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA	LEI N. 13.104, 9.3.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.994, 7.6.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PRO	da em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.009, 7.7.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publica	ogada pela

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.868, DE 13.11.1996	DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE	
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA)	LEI N. 5.819, DE 13.11.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA	
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE DESPESAS)	LEI N. 6.674, DE 4.1.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA FAZENDA	
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 4.517, DE 30.5.1984	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI N. 6.584, DE 29.3.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO	
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI N. 6.585, DE 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PREVIDÊNCIA (DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI N. 4.789, DE 19.6.1986	DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI N. 6.288, DE 28.3.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO	
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI N. 7.751, DE 9.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	DECRETO N. 68.852, DE 10.11.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	DECRETO N. 68.852, DE 10.11.2015	DISPÕE SOBRE A REGRAS DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022	RECOMENDADO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00000794-2 - RECOMENDADO	
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026	RECOMENDADO	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026.00000794-2 - RECOMENDADO	
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR	LEI N. 8.577, DE 19.1.2022	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, A PROIBIÇÃO DE FABRICAÇÃO, POSSE, COMERCIALIZAÇÃO E USO DE LINHAS DE FUMACEDOR	
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE DE PROTEÇÃO	LEI N. 8.159, DE 25.9.2019	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR	
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE DE PROTEÇÃO	LEI N. 8.233, DE 10.1.2020	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE DE PROTEÇÃO	
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	DECRETO N. 10.513, DE 10.11.2015	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES, DOIS (2) ANOS DE	LEI N. 7.173, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES, DOIS (2) ANOS DE	
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES, DOIS (2) ANOS DE	LEI N. 7.173, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES, DOIS (2) ANOS DE	
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES, DOIS (2) ANOS DE	PORTARIA Nº 1.000, DE 10.11.2015	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES, DOIS (2) ANOS DE	
	PROMOÇÃO (CABOS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CABOS E SOLDADOS	
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CABOS E SOLDADOS	LEI N. 8.184, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CABOS E SOLDADOS	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRAÇAS)	LEI N. 7.656, DE 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL M	
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME C	DECRETO N. 11.491 DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELO R	
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CO	DECRETO N. 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HOR	
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 20	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EX	DECRETO N. 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO D	PORTARIA Nº	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	QUADRO DE PESSOAL (QOA, QOE)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI EST	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM	LEI N. 13.726, DE 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, DE 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDO	
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LI	RECOMENDA	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATR	LEI N. 8.976, DE 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, IMATERIAL E	
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO	LEI N. 14.720, DE 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA	LEI N. 7.751,	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVI	SEUADOR
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	ALAGOAS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469 DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO	OS DE ENS
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMEN	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTAI	IXA O LIM
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN	LEI N. 8.545, DE	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS ORI	ZADAS NO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CE	CONFRICA
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENF	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550 DE 27.12.2002 QUE REGULAMENTA A COMERC	GA ELÉTR
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN	PORTARIA Nº	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	PM.
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.077 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	À OUTRAS
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.076 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	TIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E	DECRETO N. 7.174 DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	DMINISTRA
	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO	DECRETO N. 4.049 DE	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008 QUE INSTITUI O PORTA	AS E ONSP
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE	DECRETO N. 25.212 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012 QUE ESTAB	ESTABACA
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE	DECRETO N. 76.651 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE	AMA BOLS
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE	DECRETO N. 95.600 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE 16 DE JUNHO DE 2023 QUE DIS	À CAPAC
	REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003	DECRETO N. 9.847 DE	REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003 PARA DISPOR SOBRE A AQUISI	O REGIST
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 11.615 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 PARA ESTABE	OCEROME
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007	DECRETO N. 11.436 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECE	RUBEXCO
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013	DECRETO N. 11.129 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	DESTRASV
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABR	DECRETO N. 8.771 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS H	AS DEBIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 12.341 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 PARA DISCIPLI	DAPELOS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019	DECRETO N. 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	PARADIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021	DECRETO N. 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	MOÇÃO DA
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	DA ATIVA
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOV	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI	EMDÁ DURI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999	DECRETO N. 3.182 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO	LEI E D
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023	DECRETO N. 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE	A MINHA C
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	FORMAÇÃO
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA	LEI N. 12.468 DE	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A	Á OUTRAS
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS	DECRETO N. 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SU	PRESTAÇÃO
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ	DEZEMBRO
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	PARA PSÓ
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº	DECRETO N. 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA	MAS ESTE
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXEC	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	ÇÃO GOSTO
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9	DECRETO N. 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	ÇÃO DE BA
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST	LEI N. 11.350 DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APR	ASSONDA
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23	PORTARIA Nº	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB	SUBSEPO
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	QUE REGUL
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE	DECRETO N. 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA	ENAS.
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	P, DE QUE
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E	ERVIDORE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCI	O DE ALAG
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSA	DECRETO N. 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURS	FEITA U20
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRAS	DECRETO N. 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	DE 09.08.
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRAS	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PR	21.
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO A LEI Nº 14.601	E 2023, E D
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇ	NOIS DE
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS	DECRETO N. 1.054 DE	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	AL DIRETA
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	DECRETO N. 35.718 DE	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	SIDPOM (F

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS	DECRETO N. 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	ITAR E D
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 57.262 DE	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO PELO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	DECRETO N. 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	O DE ALAG
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 26.620 DE	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, DE 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO	LEI N. 8.609, DE 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO	OS NERTA
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO-LEI N. 5.483 DE	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	OS TERRI
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO N. 11.611 DE	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ADO DE A
	RESPONSABILIDADE FISCAL	DECRETO N. 11.611 DE	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ÃO FISCAL
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, DE 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	E DE COME
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, DE 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007 QUE AUTORIZA A	ÁRIO DE F
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023	LEI N. 9.047, DE 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	ÇÃO INCA
	REVOGACÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, DE 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	GOSTO DE
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 11.611 DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO)	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	ADUAIS E
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA	AGOAS, E
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611 DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOTA	NCIAS.
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 23.617 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	OBRE A CO
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 8.700 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	NA, E DÁ
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ES	NTES GER
	SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, DE 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA	S ADMINI
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N. 25.649 DE	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, DE 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA	FÔNICOS,
	SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, DE 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	MILITAR SI
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL	VIDÊNCIA
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992, E ADOTA O	S.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO	E DÁ OUT
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT	CIAS CORP
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLD E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLD E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEN	DE 16 DE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, 4.4.2006	EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORPO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, 27.3.2006	EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	ROS MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.824, 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	LITARES E
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLI	ARES DA A
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID	S E MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL)	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	BLICOS D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDOS, SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 6.385, 23.7.2003	EIXA O SOLDOS DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	PIO PARA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DE FUNÇÃO)	LEI N. 6.456, 20.1.2004	EIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIF	RA ENFRE
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE, ALTERA A LEI Nº 7.96	RO DE 19
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODO REMOTO	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	ANTO DUR
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS)	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS)	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE, TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚ	RES LIGA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C	LEI N. 7.522, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	AGEM LO
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, 31/2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINISTÉRI
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAM	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT	CASOS OS
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESO DUR	TRAS PRO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT	RTEIRA DE
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	PORTARIA N	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAC	O BANCÁR
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI Nº	19 DE MAI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚ	MINISTÉRI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	VISITAS S
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDACÃO	O UNIFORM
	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍ	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	ZAÇÃO AM
	TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, DE	TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ÇÃO DE ME
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, DE	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - ALTER	DESSO
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BAÇO INT
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	IO DISTINT
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇ	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	R E CORP
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HC	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CEI	OLO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E ÚNIB	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓL	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	LEI Nº 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIC	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AC	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULA DE	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA